

Para o Oriente Médio, um Republicanismo *à la française*: uma leitura crítica de Jean-Pierre Filiu

For the Middle East, Republicanism *à la française*: A Critical Review of Jean-Pierre Filiu.



ANDRADE, Paulo Renato Silva*

 <https://orcid.org/0000-0001-7755-1140>

Filiu, Jean-Pierre. *Uma História Secular do Oriente Médio: do ano 395 aos nossos dias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

Recebido em: 22/09/2025

Aprovado em: 13/04/2026

A empreitada a que Jean-Pierre Filiu se presta é desafiadora logo de partida. O Oriente Médio é, afinal de contas, um artefato ocidental, e tentativas de tornar essa imensa entidade inteligível – por mais científicas que possam se pretender – não conseguem escapar ilesas justamente daquilo que tem sido um problema histórico dos discursos a seu respeito: a planificação de um universo demasiado complexo e diverso para ser capturado em poucas páginas. Ainda assim, é inegável que existe uma lacuna gigantesca de conhecimentos básicos a respeito da história da região entre o público comum no ocidente, situação ainda mais grave no Brasil devido à relativa escassez de obras disponíveis em nosso idioma (ou idioma português). A proposta subjacente à obra de Filiu, recentemente traduzida para a língua portuguesa pela editora Vozes, é anunciada claramente no título escolhido pelo autor. O fato de ele enfatizar a dimensão “secular” (*laïque*, no idioma original) da sua história implica uma posição específica, ao mesmo tempo epistemológica e política. Se o primeiro desses aspectos é, de certa maneira, esperado por toda obra historiográfica que se pretenda científica dentro

* Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: paulorsdeandrade@gmail.com



dos parâmetros acadêmicos ocidentais, o segundo normalmente o seria apenas à medida em que se anunciasse politicamente neutro. Contudo, o autor não perde tempo com pretensões a uma neutralidade olímpica e não se furta a tomar uma posição clara: sua história do Oriente Médio é secular porque “republicana” – de maneira bastante francesa. Da dedicatória e epígrafe até o capítulo que fecha a obra, este caminho é, repetidas vezes, apresentado como o único que realmente carregaria alguma perspectiva positiva, no que diz respeito a efeitos políticos e sociais concretos, em relação a essa imensa região do planeta. Teoricamente, o faria escapando das diversas narrativas anteriores – religiosas ou não – triunfalistas, fatalistas, condescendentes, a que estamos acostumados a ver em circulação quando o assunto é Oriente Médio, antigo ou contemporâneo.

O caráter abertamente emancipatório de sua proposta, que pretende atacar igualmente tanto as atuais dinâmicas internas e estruturas políticas pouco democráticas de grande parte da região, quanto a ingerência de potências estrangeiras imperialistas nos destinos dessas populações, é, em princípio, uma louvável alternativa a determinados discursos presentes em alguns manuais similares de décadas passadas, que preferiam mascarar suas agendas políticas coloniais sob um verniz de isenção e racionalidade científicas. No entanto, os fundamentos “modernos” desse republicanismo na obra de Filiu transparecem ao longo do texto, com todos os problemas que acarretam. Ainda que não sejam mobilizados explicitamente como categorias heurísticas, o autor se orienta frequentemente a partir de dualismos já há muito reconhecidos como problemáticos no campo das ciências humanas – como “civilização” e “barbárie”, “desenvolvimento” e “atraso”, “superstição” e “religião”, “ortodoxia” e “heterodoxia”. Ocasionalmente emergem no texto (pre)conceitos que parecem saídos diretamente da pluma de iluministas franceses clássicos; para nos atermos a apenas um exemplo, apontamos que postular o Oriente Médio como, “em muitos aspectos, o berço da humanidade” (2023, p. 21) é de uma dimensão reduitiva extraordinária, que só se explicaria caso tomemos elementos como o estado, a agricultura, e os sistemas de escrita – artefatos bastante circunscritos na gama de possibilidades culturais que nossa espécie apresentou nos últimos 50.000 anos – como referência daquilo que caracterizaria o “humano” por excelência. Poderíamos ressaltar que todos estes, ainda que comumente associados ao Oriente Médio no imaginário corrente, hoje são entendidos pela arqueologia como tendo emergido de maneira independente em partes distintas do globo, mas o problema nem é esse; independentemente disso, esse modelo interpretativo acaba por perpetuar diversos tropos que, tomados em

conjunto, pintam uma imagem que sugere um desenvolvimento histórico geral que teria o(s) modelo(s) europeu(s) como *telos*, o que aproxima a obra de suas predecessoras bem mais do que o autor gostaria de admitir.

Isto posto, o sacrifício – deliberado ou não – desse tipo de rigor crítico poderia ser explicado, e em certa medida desculpado, considerando o escopo temporal e geográfico da obra a que Filiu se propôs, bem como o espaço que pretende ocupar no mercado editorial. De fato, organizar uma empreitada desta dimensão implica necessariamente muitas escolhas e recortes, principalmente quando a proposta não é compor uma enciclopédia, mas um manual relativamente conciso, destinado a oferecer uma introdução ao público amplo. A obra se divide em dez capítulos que, por sua vez, se dividem em aproximadamente outros dez subtítulos. Em consonância com o secularismo que a fundamenta, sua organização segue uma ordem cronológica que evita marcos mais tradicionais – associados às grandes narrativas religiosas – para se orientar a partir de eventos que o autor identifica como políticos, tomando a fundação do Império Romano do Oriente em 395 E.C. como ponto de partida. Em se tratando de história antiga e medieval, realizar uma distinção muito clara entre as dimensões política e religiosa é sempre problemático, mas à medida que avança na linha do tempo, sobretudo durante o período contemporâneo, esse tipo de enfoque ganha mais substância, e acaba tendo por vezes o efeito positivo de dismantelar alguns dos clichês religiosos que costumam ser prontamente evocados no lugar de explicações políticas e sociais mais razoáveis. Talvez a maior virtude da obra de Filiu seja justamente a intenção de desconstruir muitos dos mitos que ainda pairam sobre a região, o islã e os povos ditos meso-orientais de maneira geral. Apresentar a diversidade e a pluralidade – tanto espacial quanto cronologicamente – de categorias e ramificações políticas, teológicas, étnicas e culturais de maneira geral ajuda certamente a dissipar velhas imagens monolíticas e categóricas que herdamos dos últimos 200 anos. No entanto, o autor não se debruça muito sobre essas particularidades para além de evocá-las ocasionalmente para reafirmar essa pluralidade, quase como se pagasse um pedágio argumentativo. Sua prosa está tão concentrada na narrativa política que mesmo leitores com experiência e familiaridade com o(s) tema(s) se perdem no turbilhão de nomes, datas e acontecimentos que Filiu desfila, um atrás do outro, com pouco espaço para análises mais detidas sobre diferenças culturais e particularidades litúrgicas ou teológicas que por vezes colocaram atores diferentes em posições diametralmente opostas. Problemáticas que poderiam ser pratos cheios para discussões desessencializantes extremamente produtivas –

como a teologia ismaelita nizari contemporânea, ou o chamado iluminismo islâmico ou *Al-Nahḍa* – são abordadas de maneira alusiva, em poucas linhas, ou sequer mencionadas. Questões de gênero ou outros recortes mais inovadores – como as experiências de organização política de inspiração anarquista em Rojava, composta por assembleias de mulheres com poder de veto sobre outras assembleias – tampouco são contempladas. De maneira semelhante, há pouco espaço na obra para controvérsias historiográficas ainda pendentes; problemas sobre os quais não há muito consenso dentro da academia – tais como a compilação do Corão ou mesmo o caráter da sucessão político-teológica do Profeta – são tratados de maneira quase definitiva, sem nem mesmo alguma alusão aos debates que tanto têm movimentado pesquisadores nestes assuntos nas últimas décadas, e que demonstram que estes campos de estudo, muito longe da imagem estática e empoeirada que o orientalismo clássico nos legou, possuem hoje uma vitalidade acadêmica extraordinária. Por mais compreensível que possa ser, a opção por uma edição mais palatável ao leitor comum talvez cobre o preço de simplificar demais questões que, caso fossem ao menos referenciadas como existentes em notas de rodapé, poderiam contribuir no esforço de complexificar e desmistificar narrativas sobre a região – sejam elas positivas ou negativas.

De todo modo, estas deficiências nem são o maior problema apresentado pela obra. O texto transborda um francocentrismo que causaria bastante estranhamento mesmo ao leitor médio brasileiro. Não falamos apenas de uma atenção especial que o autor dedica às relações entre a França e a região – exploradas em maior detalhe em um capítulo exclusivo que fecha a obra; sobretudo nos momentos em que decide tecer comentários reflexivos, emerge da escrita de Filiu o pressuposto de que este país – e por vezes a Europa como um todo – teriam um dever (e, de certa forma, o direito) de “formular um projeto para o futuro” (2023, p. 393) da região, uma vez que somente poderiam “recuperar o seu lugar neste mundo pós-americano se finalmente influenciarem o Oriente Médio.” (*Ibid.*, p. 393) Estas afirmações, extraídas diretamente do capítulo final, são apenas os exemplos mais explícitos dentre outros que traem o verdadeiro propósito do autor: seus interesses naquilo que chamamos Oriente Médio – repetimos, um artefato ocidental – somente se justificam à medida que este “objeto” importa para uma espécie de articulação geopolítica que reposicione a Europa no lugar de onde ela, aos seus olhos, jamais deveria ter saído. Por mais que declare as melhores intenções emancipatórias – e, afinal de contas, muito do estrago colonial foi feito com os “mais louváveis” desígnios “civilizacionais” – no fundo nos parece que

pouco importam as milhares de pessoas que habitaram e ainda "habitam esse enorme espaço", para além do que seus destinos significam para a posição privilegiada da Europa no equilíbrio político mundial. O fato de Filiu ter atuado como parte do corpo diplomático do Estado francês por mais de quinze anos, entre 1988 e 2006, explica certamente a sua postura, mas, a nosso ver, não justifica tamanha insensibilidade de análise. Quase cinquenta anos após a publicação da *magnum opus* de Edward Said (2003), a ausência desse mínimo de consciência crítica sinaliza, na melhor das hipóteses, ignorância; na pior, cinismo.

Do ponto de vista técnico, a edição preparada pela Editora Vozes é de boa qualidade, com uma diagramação que torna a leitura confortável. O preço que consta no *site* da editora quando da escrita deste texto, de 126 reais, é um pouco elevado para esse tipo de obra, mas se justifica sobretudo pela inclusão de 20 mapas coloridos de alta qualidade em papel *couchê*, o que encarece significativamente a impressão, mas enriquece bastante o livro para aqueles leitores que não estejam muito familiarizados com a geografia da região. Por outro lado, a tradução não consegue adaptar de maneira satisfatória o texto francês sem torná-lo truncado para o nosso idioma. Chama a atenção também certa inconsistência quando do “aportuguesamento” dos nomes nas línguas orientais – uma escolha que espelha a feita pelo autor, de “afrancesar” estes para aproximá-los o máximo possível do público. Contudo, esse tipo de problema é justificável, tendo em vista que não é atribuição do tradutor do texto francês ter familiaridade com línguas como árabe ou persa. Apesar disso, algumas escolhas de tradução fazem com que nos perguntemos até que ponto não se confiou um pouco demais em ferramentas recentes de inteligência artificial, sem o devido controle de qualidade humano.

Em conclusão, a pergunta a se fazer não é apenas até que ponto a obra de Filiu realmente traz contribuições para sanar a já mencionada deficiência existente no mercado editorial brasileiro, mas também até que ponto ela perpetua um discurso centenário que coloca o Oriente Médio em uma posição subalterna ao olhar ocidental. Quanto à primeira dessas perguntas, por se tratar de uma publicação recente, a obra naturalmente contém informações bastante mais atualizadas em comparação a outros manuais mais tradicionais e mais bem estabelecidos, alguns dos quais foram publicados há mais de 30 anos – ainda que, vítima do dinamismo intrínseco à política contemporânea da região, desdobramentos importantes muito recentes não sejam abordados por serem posteriores à conclusão do manuscrito. Por outro lado, para além da exposição, em forma narrativa, de uma linha de

acontecimentos que chega até um período mais próximo do nosso – e de fato, enquanto um historiador do tempo presente, é nesse recorte que Filiu demonstra maior desenvoltura e domínio dos temas – a obra perde diversas oportunidades de apresentar boas discussões a um público amplo. Seu foco na exposição das tramas e desfechos políticos não só oferece um texto enfadonho, como promove uma interpretação histórica quase exclusivamente baseada em uma lógica de *realpolitik*, tanto para temas antigos quanto para os contemporâneos, o que nos parece ser uma “faca de dois gumes”; enquanto essa abordagem possa despir alguns temas e motivações da aura exótica e estigmatizante que frequentemente lhes é atribuída pelo discurso jornalístico ocidental, ela também corre o risco de não levar a sério as motivações “não seculares” dos múltiplos atores envolvidos nessas tramas, e essas motivações, experiências e afetos são tão reais para estes quanto aquelas que costumamos classificar como pragmáticas.

Independentemente disso, é na articulação entre sua proposta declarada, a metodologia empregada na exposição, e o arremate do texto que se encontra a chave para a segunda pergunta desta conclusão. Pretender oferecer “uma leitura desapassionada” (p. 393) recorrendo a uma análise secularizada ecoa velhos diagnósticos europeus de que o problema do Oriente Médio é justamente ele não ser (ainda) Europa. O olhar supostamente “passional” ao qual Filiu se contrapõe seria ao mesmo tempo a razão dos infortúnios intermináveis associados a esse espaço no imaginário ocidental, e da incompreensão histórica de suas particularidades – ambas dimensões estritamente correlacionadas. A solução para o enigma da esfinge “Oriente Médio” seria, portanto, a mesma: o olhar – secular, desapassionado, científico – europeu. Que esse suposto olhar tenha implicações muito concretas, não só epistemológicas como políticas – que esteja intrinsecamente relacionado às aventuras coloniais europeias e estadunidenses no Oriente Médio nos séculos XIX e XX – parece passar despercebido.

Não nos parece haver saída para romper esse discurso condescendente orientalista que não envolva, em primeiro lugar, uma apreciação rigorosa da artificialidade do termo Oriente Médio e de seus usos pelo(s) ocidente(s), e em segundo lugar, uma consciência crítica aguçada dos conceitos que norteiam e nortearam o entendimento ocidental desse espaço, que fundamentam e fundamentaram a sua percepção autoindulgente de que teriam o direito de intervir nele para “resolver seus problemas” e, em última instância, “civilizá-lo”. Sem esses dois pontos fundamentais, quaisquer pretensões a contribuir para uma suposta

“emancipação” dos povos meso-orientais soam tão inócuas quanto soavam anúncios similares nos manuais clássicos do século passado. Para além disso, Filiu somente nos oferece uma lista de acontecimentos mais atualizada.

Referências

FILIU, Jean-Pierre. **Uma História Secular do Oriente Médio**: do ano 395 aos nossos dias. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.